

236

EDUCAÇÃO INFANTIL: CLAUSURA OU PRAZER? *Losker, Nádia Regina Radmann; Fariaz, Luciane de Campos; Viera, Maria Alice Rodrigues, Aquino, Líbia Serpa*, (ULBRA/GUAÍBA).

A partir de observações realizadas no início deste Projeto de Pesquisa, pelas acadêmicas pesquisadoras, bolsista e voluntárias, do curso de Pedagogia, Campus Guaíba, em instituições que ofertam Educação Infantil no município de Guaíba, no período equivalente ao primeiro semestre de 2000, onde as categorias que mais se destacaram relacionam-se com o significado do espaço de Educação Infantil com o pressuposto de que a criança de zero a seis anos tem características e necessidades diferenciadas das outras faixas etárias, que requerem cuidados e atenção por parte do adulto e que, quando negligenciadas, colocam em risco a sobrevivência da própria criança, ou comprometem gravemente seu desenvolvimento posterior. Parte-se do princípio que a possibilidade de apropriação de conhecimento se faz presente, nas interações sociais, pois, desde que a criança vem ao mundo ela é parte de uma “rede de significações”. Segundo as Diretrizes Pedagógicas para a Política de Creche no estado de São Paulo, “trabalhos com crianças na fase fundamental e intransferível de construção de identidade e formação de personalidade – o que exige um campo/continente de carinho, incentivo, atenção onde há acesso a materiais diversos, brincadeiras livres e dirigidas, proteção, respostas às curiosidades e perguntas, acesso as informações, num processo de construção partilhada do saber”. O ser humano, desde o seu nascimento, depende de outros para sobreviver. Assim, o fato de garantir a vida através do cuidado é, por si só, “um gesto de proteção e afeto”. Entretanto faz-se necessário resignificar estes conceitos (proteção, afeto, aconchego) dentro das instituições de Educação Infantil, ampliando seu campo de abrangência: não nos basta apenas garantir a vida, mas garantir vida com qualidade. Isto significa reconhecer que o trabalho com as crianças tem, por natureza, “dimensão afetiva” que perpassa no cotidiano das relações que estabelecemos com estas dimensões sociais e cognitivas do mesmo. Segundo Guattari (1987) “não se trata de proteger artificialmente a criança do mundo exterior, de criar para ela um universo artificial, ao abrigo da realidade social”. Ao contrário, deve-se ajudá-la a compreender e transformar esta realidade, desenvolvendo sua capacidade de expressão. O trabalho coletivo é importante, enquanto espaço rico para as interações e necessário para o desenvolvimento do sujeito, o coletivo não pode tornar-se um espaço de anulação do indivíduo, mas de sua estruturação. É fundamental que cada criança seja vista e tratada como pessoa única, “respeitada na sua singularidade, na sua maneira de ser, nas suas aptidões, aspirações e também limitações. Em ações concretas, significa garantir nas instituições o direito ao colo e carinho bem como o respeito aos ritmos fisiológicos individuais (de dormir, alimentar-se, defecar) e ao momento de privacidade. Sendo assim é importante entender e incentivar a capacidade criadora das crianças, pois ela constitui uma das formas como a criança se relaciona e recria o mundo, numa perspectiva da lógica infantil. Olhar pela ótica infantil não significa a infantilização do adulto, mas sim aprender com as crianças a reapropriar-se da capacidade criadora que vem sendo abafada, reprimida e roubada pela cultura de massificação pela atual conjuntura.